

# A causalidade da linguagem em Lacan

## *The causality of language in Lacan*

---

*Fabiana Sampaio Pellicciari\**

### **Resumo**

O objetivo deste texto é mostrar como a estrutura da linguagem se instaura a partir do referente que esta mesma linguagem institui. Para isso, Lacan subverte a noção de causa a partir do tempo lógico e da noção de antecipação, justamente por colocar a causa no lugar do real que se institui a partir do simbólico por uma impossibilidade lógica que se apresenta, necessariamente, *a posteriori*. Desta forma, a delimitação de um campo se faz necessária por conta da noção de ato, que é instituído por uma precipitação necessária da posição do analista, sem o qual não possibilitaria a emergência das leis do significante e do impasse lógico que lhe é inerente.

**Palavras-chave:** Causa. Linguagem. Referente. Real. Lacan.

### **Abstract**

*The purpose of this text is to show how the structure of language is established from the referent that this same language establishes. For this, Lacan subverts the notion of cause starting from the logical time and the notion of anticipation, precisely by placing the cause in the place of the real that is instituted from the symbolic by a logical impossibility that presents, necessarily, a posteriori. In this way, the delimitation of a field is necessary because of the notion of the act, which is instituted by a necessary precipitation of the analyst's position, without which it would not allow the emergence of the laws of the significant and the logical impasse inherent to it.*

**Keywords:** Cause. Language. Referent. Real. Lacan.

---

\* Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

## Introdução

O intuito deste trabalho é compreender por onde Lacan articula a questão da causa em sua relação com a linguagem e as consequências que podemos tirar destas interlocuções. O primeiro ponto a destacar é o perigo em retornar para um pensamento determinista no que se refere à causalidade da linguagem na teoria lacaniana, ou seja, substancializar a causa como antecessora ao evento do significante.

É preciso, portanto, entender como Lacan constrói o raciocínio acerca da linguagem em psicanálise. O ponto de partida do texto é mostrar como este autor afirma que o seu interesse pela linguagem não se dá via linguística, mas o que desta linguagem se apreende por suas leis: “[...] para a linguística, devo dizer-lhes, estou pouco me lixando. O que me interessa diretamente é a linguagem, porque penso que é com ela que lido quando tenho que fazer uma psicanálise”. (LACAN, 1971/2009, p. 43).

A linguagem não é a fala, não pode ser confundida com ela. Refere-se à estrutura do Outro na teoria lacaniana, local onde a lógica significante se ancora e dá subsídios para entender o inconsciente a partir de uma relação própria com o saber, e não mais a partir de uma tópica enquanto local das representações, como se trata do inconsciente para Freud. Este último é um sistema que possui relação com a instância do consciente via o pré-consciente, formando um psiquismo submetido ao princípio do prazer onde é esperada uma quota de energia no nível mais baixo possível. Por essa razão, é preciso haver uma ação de descarga no mundo externo visando evitar o desprazer pelo aumento de energia dentro deste aparelho.

[...] a representação esquemática do aparelho psíquico apresentado por Freud não pretende ser a transcrição de nenhuma anatômica existente, mas sim uma construção topológica que visa oferecer uma descrição do funcionamento do aparelho. Mais do que tudo, importa a sua orientação progressivo-regressiva e a posição relativa dos sistemas. Assim, pela posição que ocupa no interior do aparelho, o sistema Ics só pode ter acesso à consciência através do sistema Pcs/Cs, sendo que nessa passagem seus conteúdos se submetem às exigências deste último sistema. Qualquer que seja o conteúdo do Ics, ele só poderá ser conhecido se transcrito – e portanto modificado e distorcido – pela sintaxe do Pcs/Cs. (GARCIA-ROZA, 2009, p. 78).

Portanto, a estrutura da linguagem não se equipara ao inconsciente como lugar das representações. Estas últimas são expressões da pulsão no psiquismo formadas a partir de inscrições das experiências de satisfação que o sujeito humano obtém na sua relação com o meio.

De fato, sou da opinião que a antítese entre consciente e inconsciente não se aplica aos instintos. Um instinto nunca pode tornar-se objeto da consciência – só a ideia que o representa pode. Além disso, mesmo no inconsciente, um instinto não pode ser representado de outra forma a não ser por uma ideia. Se o instinto não se prendeu a uma ideia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ele [...] (FREUD, 1980, p. 203).

A formação dos traços de memória no inconsciente acaba por estabelecer os caminhos por onde o escoamento da energia circundante no aparelho deverá percorrer toda vez que os impulsos provenientes do interior do organismo atingirem um nível insuportável de carga dentro do psiquismo, necessitando de descarga, já que nunca cessam. Estabelece-se, portanto, o circuito do desejo pela ligação dos representantes das pulsões dentro da lógica inconsciente, como nos fala Freud (*ibid.*): “o núcleo do *Ics.* consiste em representantes instintuais que procuram descarregar sua catexia/ isto é, consiste em impulsos carregados de desejo” (p. 215).

A experiência de satisfação é acompanhada de uma percepção, e daí por diante o traço de memória produzido pela imagem perceptiva permanece associado à satisfação. Quando surge novamente o mesmo estado de tensão produzido pela mesma necessidade, surge um impulso psíquico que procurará reinvestir a imagem do objeto e re-evocar a própria percepção, isto é, uma tendência a reproduzir alucinatoriamente a experiência de satisfação [...] (GARCIA-ROZA, 2009, p. 87).

O sistema inconsciente articula sua lógica tendo por base elementos que são partes destacadas de experiências vividas, que são fixadas e conservadas no sistema inconsciente que possui caráter de indestrutibilidade, pois “os processos do sistema *Ics.* são *intemporais*, isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo [...]” (FREUD, 1980, p. 214). Desta forma, poderíamos entender tratar-se de uma identidade própria às representações, no que estas se derivam dos traços mnêmicos impressos no psiquismo que possuem identidade perceptiva. Desta forma, cria-se uma espécie de refe-

rente, que mesmo nunca encontrado efetivamente na medida mesma das empreitadas do indivíduo, ainda assim estabelece um ponto que tem na memória das experiências de satisfação seu ancoradouro.

Freud conclui que essa atividade psíquica original tinha por objetivo produzir uma *identidade perceptiva*. Acontece, porém, que essa identidade perceptiva obtida pelo caminho da regressão produz necessariamente a decepção, pois o objeto é alucinado e não real, persistindo portanto o estado de necessidade. Daí a necessidade de um critério de “verificação da realidade”, algo que possa barrar o caminho regressivo antes de se produzir a alucinação. Essa inibição da regressão vai ser possível graças à formação do “ego” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 88).

Percebe-se, portanto, que é justamente a compreensão da existência dos representantes ideacionais no sistema inconsciente decorrentes de unidades imagéticas, as marcas mnêmicas, que possibilita orientar a intervenção do analista no sentido de trazer tais representantes à consciência via interpretação, como nos assinala Freud (1980): “[...] não há supressão de repressão até que a ideia consciente, após as resistências terem sido vencidas, entre em ligação com o traço de lembrança inconsciente [...]” (p. 202).

O mesmo não se dá com os significantes, porque não preexistem à entrada da pessoa em análise, não se localizam em alguma espécie de aparelho psíquico, tal qual formulado por Freud. Não é possível, portanto, encontrá-los a partir da interpretação do analista, por não possuírem algum tipo de realidade já dada, como as representações; apenas instituir sua lógica no que esta se relaciona com a causa da linguagem, como será explicado no decorrer deste artigo. Neste sentido, as lógicas do significante e do psiquismo como um aparelho de memória não têm os mesmos embasamentos.

Os significantes têm relação com o Outro, lugar sem a menor consistência, que preexiste a partir de uma estrutura de linguagem segundo articulações específicas da lógica significante e não de uma pré-história subjetiva de inscrições primeiras no modelo de um inconsciente pensado por uma tópica, como no ensino freudiano.

Como já visto, neste aparelho psíquico há a colocação de um sentido na relação entre as instâncias do aparelho que tem como consequência o estabelecimento de um antes e um depois no tempo dos acontecimentos para a instauração de um psiquismo, no que a interpretação do analista seguiria o caminho inverso para a revelação do que estaria recalcado. Esses dois pontos, espacial e temporal, serão subvertidos pela lógica do significante que depende,

em última instância, do ato do analista para instaurar-se, devendo operar desde um não-saber antecipado e não por um saber constituído sobre o que se compreende a partir da fala do analisando para lhe oferecer sentido às lacunas de seu discurso.

Neste sentido, no ensino de Lacan não há linguagem que se totalize em um saber, ou seja, não há Outro consistente, apesar de a própria natureza da fala tentar fechar em uma significação última: “[...] o Outro, esse grande Outro em sua função, tal como já a abordei, não encerra nenhum saber que se possa presumir, digamos, que um dia seja absoluto” (LACAN, 1968-69/2008, p. 61).

[...] todo discurso que se coloca como essencialmente fundamentado na relação com outro significante é impossível de totalizar, seja de que maneira for, como discurso. Com efeito, o universo do significante – não me refiro aqui ao significante, mas ao que é articulado como discurso – sempre terá que ser extraído de qualquer campo que pretenda totalizá-lo (LACAN, 1968-69/2008, p. 59).

A natureza do significante, na teoria de Lacan, não se assemelha à representação freudiana no que esta comporta um traço de identidade, como visto acima, já que o significante não pode referenciar-se a si mesmo, mas apenas tem como referência a pura diferença, isto é, um princípio em si mesmo paradoxal.

[...] A, é o lugar do tesouro do significante, o que não quer dizer do código, pois não é que se conserve nele a correspondência unívoca entre um signo e alguma coisa, mas sim que o significante só se constitui por uma reunião sincrônica e enumerável, na qual qualquer um só se sustenta pelo princípio de sua oposição a cada um dos demais. O outro, conotado por  $s(A)$ , é o que se pode chamar a pontuação, onde a significação se constitui como produto acabado (LACAN, 1960/1998, p. 820).

Na citação acima, percebe-se que a estrutura do Outro é dada pela lei do significante que não se pauta por uma identidade fechada em uma significação, em algo que poderia se totalizar: é lugar inconsistente no que se refere ao saber.

O que caracteriza, o que fundamenta o significante não é, em absoluto, alguma coisa que lhe esteja ligada como sentido, mas sim sua diferença, isto é, não alguma coisa que lhe esteja colada e que permita identificá-lo, mas o fato de todos os outros serem diferentes dele. Sua diferença reside nos outros. É por isso que

constitui um passo inaugural nós nos perguntarmos se desse Outro podemos fazer uma classe, ou podemos fazer um saco, ou podemos fazer, numa palavra, um Um, esse famoso Um (LACAN, 1968-69/2008, p. 177).

Este *Um*, ao qual Lacan se refere na citação acima, é compreendido por sua tentativa de encerrar em uma totalidade, ou seja, na sua condição de *Uno*. Dessa forma, a função de fazer *Uno*, de fechar um entendimento coerente sobre o que supostamente foi dito, é dado pela estrutura diacrônica da fala. O corte, em uma análise, é possibilitar um furo nessa consistência criada pela própria fala.

[...] o que acontece com a unidade da cadeia significante, na medida em que ela só encontra sua conclusão ali onde recorta a intenção, no futuro anterior que a determina. Quando uma coisa se instaura a partir daqui, que é, digamos, o querer dizer, o que se desenrola do discurso só vem a se concluir ao voltar a esse ponto, ou seja, só adquire seu alcance pleno da maneira aqui designada, isto é, retroativa (LACAN, 1968-69/2008, p. 49-50).

Percebe-se que aquilo que fala em nós, a estrutura de linguagem que nos atravessa e que nos antecede, que segue as leis do significante, não é um fato evidente na análise, como também não existe fora dela como acontecimento no mundo como um dado natural e evidente. O significante precisa ser instituído a partir de sua lógica pelo ato do analista que comporta necessariamente uma antecipação.

A submissão do sujeito ao significante, que se produz no circuito que vai de  $s(A)$  a  $A$  e volta de  $A$  para  $s(A)$ , é propriamente um círculo, na medida em que a asserção que ali se instaura, por não se fechar em nada senão em sua própria escansão, ou, em outras palavras, na falta de um ato em que encontre sua certeza, remete apenas a sua própria antecipação na composição do significante, em si mesma insignificante (LACAN, 1960/1998, p. 821).

É necessário ter por condição o não-saber como conceito operador a partir da posição do analista, isto é, de onde ele não se colocaria num lugar de mestria. É necessária uma subversão da lógica da fala que tenta, por sua própria estrutura diacrônica, fechar uma significação própria, fazendo consistir o eu.

Sofremos por excesso de saber que é a indicação de *um Outro* supostamente consistente, expressão de uma fala pretensamente coerente, sem intercorrências ou tropeços, onde não é possível inferir os paradoxos inerentes a tal discurso. Porém, Lacan (1971/2009) assinala que “a clássica polêmica enunciada com o termo ‘paradoxo’ só ganha corpo quando esse *eu minto* é posto no papel, a título de escrito” (p. 14), deixando claro que é preciso fazer furos neste discurso coeso para que os impasses a ele inerentes possam ser escritos e, então, evidenciados: “[...] Interrogar a diz-mansão da verdade em sua morada é algo [...] que só se faz pelo escrito. [...]” (LACAN, 1971/2009, p. 60).

Percebe-se, dessa forma, que Lacan avança cada vez mais na lógica para falar de psicanálise, se afastando da linguística, como já exposto no início deste trabalho. O sentido de uma análise se dá via formalização a partir da própria linguagem, não aquém ou além dela. Trata-se de chegar ao mínimo do que resulta da fala de um paciente como impasse: “[...] só existe questão lógica a partir do escrito, na medida em que o escrito, justamente, não é a linguagem. Foi nesse sentido que enunciei que não existe metalinguagem. [...]” (LACAN, 1971/2009, p. 60).

Portanto, a escrita de um caso clínico significa poder marcar tais paradoxos apontando para as suas impossibilidades lógicas, o que em última instância significa inferir o real a partir do simbólico e não como algo existente antes dele como coisa em si mesma. Esta direção do tratamento evitaria uma construção incessante de significações sem fim, isto é, que apontasse para uma hermenêutica.

Por isso que não é preciso compreender se é verdade ou se é mentira o que o paciente nos diz, nem tampouco colocar à prova a veracidade dos fatos: “[...] dizer que o real é o impossível equivale também a enunciar que ele é apenas a apreensão mais extrema do dizer, na medida em que o dizer introduz o impossível, e não simplesmente o enuncia” (LACAN, 1968-69/2008, p. 64).

[...] a função mesma da enunciação na medida em que carrega em si o seu sentido como inicialmente obscuro, como se toda enunciação, como já disse, a mais simples, evoca o seu sentido apenas como consequência de seu próprio surgimento.

“*Chove*” é um evento de discurso, do qual é apenas secundário saber o que se quer dizer sobre a chuva.

“*Chove*” em tal contexto, qualquer um é capaz de evocar. *Chove* pode ter os sentidos mais diversos. [...] (LACAN, 1968-69, p. 30, tradução nossa)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Lacan, J. (1968-69). *D'un Autre à l'autre*. Disponível em: [www.staferla.free.fr](http://www.staferla.free.fr)

Vemos que não há um significado por detrás de uma palavra enunciada que supostamente esconderia a verdade em si mesma, nem tampouco uma veracidade ligada à realidade concreta do que fora proferido. Em última instância, Lacan realoca o que entende por *fato* a partir do *discurso*, delimitando o campo com o qual a psicanálise se articula. O dito é um fato somente a partir das próprias consequências do dizer, ou seja, não há um fato na realidade que é secundariamente dito, mas um dito que instaura o fato a partir de sua própria enunciação.

Mais de uma coisa no mundo é passível do efeito do significante. Tudo o que está no mundo só se torna fato, propriamente, quando com ele se articula o significante. Nunca, jamais surge sujeito algum até que o fato seja dito. [...] (LACAN, 1968-69/2008, p. 65).

O que importa como fato é o que se articula com a linguagem, ou seja, com a lógica significante. Lidamos, na análise, com o fato de discurso, como bem assinala Lacan (1971/2009): “para o discurso, não existe nada de fato, se assim posso me expressar, só existe fato pelo fato de dizê-lo. O fato enunciado é, ao mesmo tempo, fato de discurso” (p. 12-13).

Estas colocações mudam o raciocínio acerca do referente, pois como Lacan bem afirma, só pode ser criado a partir de um impasse na própria linguagem no que esta comporta um caráter metafórico.

Toda designação é sempre metafórica, não pode fazer-se senão por intermédio de outra coisa. Mesmo que eu diga *Isso*, apontando-o, já implico, por tê-lo chamado de *Isso*, que escolhi fazer apenas *Isso*, embora isso não seja *Isso*. A prova é que, quando o acendo, ele é outra coisa, mesmo no nível do *Isso* [...]. Não podemos omitir que é um fato de linguagem dizer *Isso*. O que acabo de designar como *Isso* não é meu charuto. Ele é isso quando fumo, mas, quando o fumo, não falo dele (LACAN, 1971/2009, p. 43).

Ato, tempo lógico e antecipação são os conceitos essenciais para o entendimento acerca da lógica significante que, repito, só é referenciada por um fato de discurso, ou seja, instituída pelo campo analítico, e não um dado natural do cotidiano. A causa da linguagem parte, portanto, de um ato: ato de errar o referente. Assim, não há causa prévia, mas causa formada *a posteriori*.

Mesmo que eu não saiba o que digo – só que sei que não o sei, [...] digo que a causa disso só deve ser buscada na própria lin-

guagem. O que eu acrescento a Freud – ainda que isso já esteja em Freud, patente, pois o que quer que ele demonstre do inconsciente nunca é senão material de linguagem –, o que acrescento é isto: que o inconsciente se estrutura como uma linguagem [...] (LACAN, 1971/2009, p. 42).

Como já afirmado, é a partir de uma posição especial do analista que se pode apreender a estrutura de linguagem que não é nada evidente em si mesma, precisa de um ato para “revelar-se” na análise lacaniana.

[...] Mas é curioso que os linguistas não vejam que todo uso da linguagem, seja ele qual for, desloca-se na metáfora, que só existe linguagem metafórica. Qualquer tentativa de “metalinguajar”, se assim posso me exprimir, demonstra isso. Ela não pode fazer outra coisa senão tentar partir daquilo que sempre definimos, toda vez que avançamos num esforço dito lógico: uma linguagem-objeto. Ora, nos enunciados de qualquer dessas tentativas lógicas, pomos o dedo em cima de que essa linguagem-objeto é inapreensível. É da natureza da linguagem – não digo da fala, digo da própria linguagem – que, no que concerne à abordagem do que quer que seja que o signifique, o referente nunca é o certo, e é isso que cria uma linguagem (LACAN, 1971/2009, p. 43).

O real é criado pela linguagem, não como uma espécie de instância positiva, como algo em si, mas como impasse de um dizer, isto é, como impossível lógico a partir do simbólico. Não se trata do inefável, porque em nada tem a ver com uma palavra que poderia ser dita e não foi, por exemplo. O real assim determinado, não como substância primeira, coloca a *causa* da linguagem determinada por um tempo lógico. Lacan nos fala que o referente é real, ou seja, real por ser impossível de designar e, por essa razão, teria como função *causar* a linguagem. Importante notar que o referente não está *no* real, mas *é* real. Este ponto é essencial.

A linguagem é aquilo que tem como matéria apenas o significante e que evoca, necessariamente, este real-referente que precisa ser instituído a partir do ato de errar esse mesmo referente: “[...] Em meu ato, não almejo exprimi-lo, mas causá-lo. Porém, não se trata do ato, e sim do discurso. No discurso, não tenho que seguir sua regra, e sim que encontrar sua causa” (LACAN, 1968-69/2008, p. 13).

Parece complicado pensar que a causa seria subvertida em sua temporalidade já que não se situaria anteriormente ao que se desdobraria como um

efeito de sua presença, mas vejamos que é o próprio ato que impõe à linguagem a sua condição. Seria o ato de falhar, como bem nos mostra Goldenberg (2015)<sup>2</sup>:

O ato é falhado porque erra o referente. Quando eu fecho querendo abrir, o fracasso da minha ação indica o sucesso do meu desejo de fechar. E esse é o real. O único real da psicanálise, o real mesmo do ato é a sua própria falha. [...] Note-se que não é a falha, a carência ou o buraco substancializado, substantivado [...] é o verbo falhar, é o gesto fracassado [...] tomados como objeto. [...] O real do ato não seria nem a abertura nem a fechadura, que estava me referindo, mas o fato de eu ter fechado quando o meu gesto era o de abrir. (transcrição nossa).

Assim, a linguagem segue a estrutura do próprio significante, estrutura essa que é tributária da noção de ato que sempre é algo que tem a dimensão do fracasso para Lacan. Tal ato deve ser constituído no interior do campo psicanalítico, e somente aí é possível dizermos, portanto, que pelo ato, o significante se institui, sem jamais ser revelado como algo em si mesmo, apenas em sua lógica paradoxal.

[...] Por sua natureza, ele [o significante] evoca um referente. Só que não pode ser o certo. É por essa razão que o referente é sempre real, porque é impossível de designar. Mediante o que só resta construí-lo. E nós o construímos, quando podemos (LACAN, 1971/2009, p. 43).

Portanto, a causa da linguagem é subvertida no que concerne o tempo cronológico, sendo operada a partir de uma antecipação, ou seja, construindo o referente quando da escrita de um caso clínico.

## Conclusão

A estrutura da linguagem, na teoria de Lacan, comporta necessariamente a sua causa. Porém, o passo cuidadoso que deve ser dado, na compreensão acerca da natureza desta causa, é não a atribuir a partir de uma referência determinista baseada no tempo cronológico. Não há um evento supostamente real que esteja fora do simbólico que desencadearia a estrutura da linguagem,

<sup>2</sup> Aula USP em 07 de maio de 2015: “Gozo e Significante”.

na teoria lacaniana. O real é determinado pela impossibilidade instaurada no interior da própria linguagem, que somente se dá a partir de uma antecipação da posição do analista. Assim, este ato, que comporta necessariamente tal antecipação, determina o referente que pretende atingir, porém fracassa em sua intenção. Portanto, é justamente no ato de errar o referente que pode ser situada a causa mesma da linguagem, que descarta completamente qualquer possibilidade de substancialização.

Conclui-se que não é o referente, mas o ato de errar o referente que se institui como causa da linguagem, em última instância como causa do significante no tocante à sua lógica, em si mesma, paradoxal, visto que o significante como unidade referencial não pode ser apreendido por não comportar nenhum tipo de identidade que não seja pautada apenas pela diferença pura. Não existe, portanto, o significante como elemento conhecido de antemão e localizável fora do campo analítico; ele precisa ser instituído por um ato a partir de uma posição privilegiada do analista que comporta uma antecipação pautada no não-saber como conceito operatório, já que não há como saber sobre os efeitos de tal ato já que precisa ser, por sua própria definição, um ato fracassado. Não há como atingir o alvo, como determinar a coisa a qual se pretende atingir. É o ato de escrita, em última instância, que circunscreve o que se opera a partir da linguagem como sua própria impossibilidade lógica.

### **Autora**

**Fabiana Sampaio Pellicciari.** Mestre em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)/Universidade de São Paulo (USP).  
E-mail: fabiana.pellicciari@gmail.com

### **Tramitação**

Recebido em 19/11/2017

Aprovado em 27/03/2018

### **Referências**

FREUD, Sigmund (1915). *O inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GOLDENBERG, Ricardo. O problema da naturalização do gozo entre os pós-lacanianos: gozo e significante. In: SEMINÁRIO SOBRE A OBRA DE LACAN. São Paulo: USP, 07 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EeV-sKju-Xfk>>.

LACAN, Jacques (1968-69). *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1971). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1968-69). *D'un autre à l'autre*. Disponível em: <[www.staferla.free.fr](http://www.staferla.free.fr)>.